



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Relatório de Avaliação do Controle Interno 0004/2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
INTERESSADO:	BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTÔNIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema de Patrimônio

Controle Interno. Auditoria de Avaliação dos Controles Internos do Sistema Patrimonial do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas Unidades Setoriais e análise da atuação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG - Órgão Central.

Cuiabá - MT
Maio/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTROLES INTERNOS**
- 3. METODOLOGIA**
- 4. ANÁLISE GERENCIAL**
- 5. ANÁLISE POR PONTO DE CONTROLE**
 - 5.1. PONTO DE CONTROLE GESTÃO DE BENS DE CONSUMO**
 - 5.2. PONTO DE CONTROLE: GESTÃO DE BENS IMÓVEIS**
 - 5.3. PONTO DE CONTROLE GESTÃO DE BENS MÓVEIS**
 - 5.4. ÓRGÃO CENTRAL - SEAPS**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema de Patrimônio dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso. As informações de base foram obtidas dos Relatórios de Avaliação de Controle Internos realizados ao longo do ano de 2020, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 0009/2021, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

2. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é a de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

3. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível esta afeta a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.

4. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Apresentação da Metodologia; Avaliação dos Controles Internos; Análise Gerencial; Considerações Finais.

2 CONTROLES INTERNOS

5. Nas últimas décadas, os avanços apresentados pelas organizações provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle. Nesse cenário, destaca-se aqueles avanços relacionados à evolução de uma abordagem burocrática para uma abordagem gerencial. Essa mudança está voltada à entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços públicos.

6. Nesse contexto, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial. Busca-se o alinhamento dos controles aos objetivos organizacionais e relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.



7. De acordo com o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* as atividades de controle são representadas:

(...) pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

8. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há, ainda, uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura 1:

Figura 1 Modelo das 3 Linhas



9. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização. Estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o



estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

3 METODOLOGIA

10. O conteúdo desse relatório representa a consolidação das avaliações dos controles internos realizadas no exercício de 2020, cuja metodologia observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos.

11. Necessário esclarecer que na Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

4 ANÁLISE GERENCIAL

12. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema de Patrimônio, realizada em 08 (oito) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no ano de 2020: AGER, DesenvolveMT, MTPrev, MTI, SEAF, SECITECI, SEMA e SESP.

13. No Subsistema Patrimônio foram analisados 03 (três) Pontos de Controle que representam os seguintes processos: Bens de Consumo; Bens Móveis; e Bens Imóveis.

14. Os achados de problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das unidades avaliadas.

15. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.



16. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

17. Antes de passar à análise pretendida, importante ressaltar que, considerando a edição do Decreto Estadual nº 416/2020, o qual instituiu o teletrabalho como ação preventiva à propagação da COVID -19, os relatórios de avaliação de controle interno no ano de 2020 foram elaborados mediante análise dos documentos solicitados aos órgãos e entidades bem como as respostas aos questionários elaborados pela equipe de auditores.

18. No Subsistema de Patrimônio não foram avaliadas as instalações físicas do Bens de Consumo, Almoxarifado e Bens móveis, em razão de não visitaçã *in loco* .

Pontos de Controle com Maior Volume de Ocorrência de Achados

19. Nos 08 (sete) órgãos/entidades avaliados, foram identificados no Subsistema de Patrimônio 27 (vinte e sete) achados de problemas, distribuídos nos 03 (três) Pontos de Controle. O gráfico 1 demonstra a distribuição dos 27 achados de problemas identificados por Ponto de Controle.

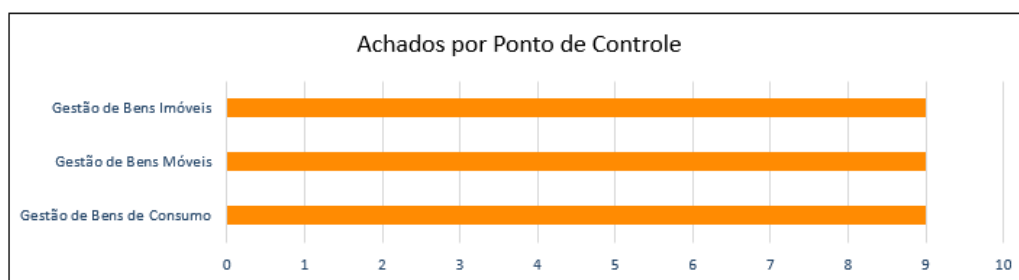


Gráfico 1: Quantidade de achados de problemas
Fonte: RACIs 2020 – CGE/MT

20. Os 03 Pontos de Controle apresentaram, cada um, 9 achados de problemas, o que representa 33,33% do total da quantidade de achados do Subsistema de Patrimônio.

Questões de auditoria com maior volume de ocorrências

21. A seguir, foi realizado o levantamento das questões de auditoria com maior volume de ocorrências. A tabela 1 indica a quantidade de achados identificados no Pontos de Controle,



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

relacionando-se estes achados às respectivas questões de auditoria:

Tabela 1 - Quantidade de achados de problemas por questão de auditoria

Ponto de Controle	Questão de auditoria	Quantidade de achados	%
Gestão de bens de consumo	Os procedimentos de inventário de bens de consumo tem sido realizado de conformidade com a legislação vigente?	3	11,11
	Os registros e as atualizações das movimentações dos bens de consumo no SIGPAT atendem ao Decreto Estadual nº 2.151/2009?	6	22,22
Gestão de bens móveis	Os registros e as atualizações das movimentações dos bens móveis no SIGPAT atendem ao Decreto Estadual nº 2.151/2009?	4	14,81
	Os procedimentos de inventário de bens móveis tem sido realizado de conformidade com a legislação vigente?	5	18,52
Gestão de bens imóveis	Os procedimentos de inventário de bens imóveis tem sido realizado de conformidade com a legislação vigente?	8	29,63
	Os registros e as atualizações das movimentações dos bens imóveis no SIGPAT atendem ao Decreto Estadual nº 2.151/2009?	1	3,70
TOTAL		27	100%

Fonte RACIs 2020 - CGE/MT

22. As 03 (três) questões de auditoria que apresentaram maior quantidade de achados de problemas estão representadas no Gráfico 2:

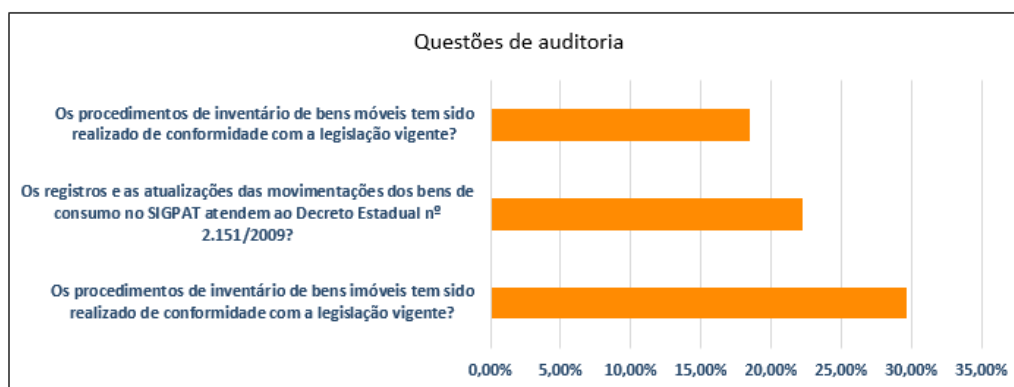


Gráfico 2: Questões de auditoria com maior volume de achados

Fonte: RACIs 2020 – CGE/MT

23. Observa-se que as questões que apresentaram a maior quantidade de achados de problemas estão relacionadas com os procedimentos de inventário de bens imóveis (29,63%); com os registros e movimentações do bens de consumo no SIGPAT (22,22%) e



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

com os procedimentos de inventário de bens móveis (14,81%). Essas 03 (três) questões representaram juntas o volume de 19 (dezenove) achados, sendo 70,37% do total de 27 (vinte e sete) achados identificados no Subsistema Patrimônio.

Achados de problemas com maior volume de ocorrências

24. Identificou-se 18 (dezoito) achados de problemas distintos, com 27 (vinte e sete) ocorrências no total. Estão demonstrados a seguir na tabela 2:

Tabela 2 - Ocorrências de achados de problemas

Achado	Ponto de Controle	Quantidade
Registros não atualizados dos bens de consumo no sistema SIGPAT	Bens de consumo	4
O relatório não apresentou os elementos necessários para ajustes dos bens imóveis	Bens imóveis	3
Não houve ajustes nos registros patrimoniais no sistema SIGPAT dos Bens Móveis reconhecidos no inventário físico e financeiro	Bens móveis	2
O inventário dos Bens Imóveis não apresentou informações obrigatórias	Bens imóveis	2
O relatório não apresentou os elementos necessários para ajustes dos bens móveis	Bens móveis	2
Registros não atualizados dos bens móveis no sistema SIGPAT	Bens móveis	2
Comissão constituída com prazo reduzido para realizar o inventário dos bens de consumo	Bens de consumo	1
Comissão constituída para realizar o inventário físico e financeiro dos bens móveis em desacordo com a legislação	Bens móveis	1
Destinação irregular de bem público de uso especial	Bens imóveis	1
Divergência de ajustes necessários entre o sistema Sigpat e Fiplan.	Bens móveis	1
Intempestividade nos registros e baixas dos bens de consumo	Bens de consumo	1
Não realização de ajustes de saldos após conclusão de inventário físico e financeiro dos Bens de Consumo.	Bens de consumo	1
O inventário dos bens de consumo não foi realizado em tempo hábil.	Bens de consumo	1
O Relatório Final de inventário de bens de consumo não foi realizado	Bens de consumo	1
O Relatório Final de inventário de bens imóveis não foi realizado	Bens imóveis	1
O Relatório Final de inventário de bens móveis não foi realizado	Bens móveis	1
Registros não atualizados dos bens imóveis no sistema contábil	Bens imóveis	1
Registros não atualizados dos bens imóveis no sistema SIGPAT	Bens imóveis	1
TOTAL		27

Fonte RACIS 2020 - CGE/MT

25. A quantidade de achados de problema por órgão/entidade avaliado encontra-se disposta na tabela 3:



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 3 - Achados de problemas por órgão/entidade

Órgãos	AGER	DesenvolveMT	MTPrev	MTI	SEAF	SECITECI	SEMA	SESP
Pontos de Controle								
Bens de Consumo	1	0	1	3	2	1	0	1
Bens móveis	1	0	1	1	2	2	1	1
Bens imóveis	0	2	0	0	2	1	2	2
TOTAL	2	2	2	4	6	4	3	4

Fonte RACIs 2020 - CGE/MT

26. De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência de problemas, a fim de que se possam tecer recomendações adequadas à eliminação das causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas). Para a identificação dessas causas, é necessário colher evidências para efetuar as análises.

27. A seguir, apresentamos as questões formuladas para identificação das causas dos problemas relativas ao Subsistema de Patrimônio:

1. SISTEMAS INFORMATIZADOS atende as necessidades e encontra-se adequados?
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL atende as necessidades e encontra-se adequado?
3. EXTERNALIDADES - Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?
4. ESTRUTURA FÍSICA - atende as necessidades e encontra-se adequado?
5. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - atende as necessidades e encontra-se adequada?
6. PESSOAS - atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?
7. PROCESSOS - Gestão de processos atende as necessidades e encontra-se adequado?

28. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa. Foram identificados 03 (três) tipos de achados distintos, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando-se 21 (vinte e uma) ocorrências. Na tabela 4, visualiza-se a quantidade de achados de causa por Ponto de Controle:



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 4 - Achados de causas por Ponto de Controle

Ponto de controle	Quantidade
Gestão de bens de consumo	8
Gestão de bens móveis	7
Gestão de bens imóveis	6
TOTAL	21

Fonte RACIs 2020 - CGE/MT

29. A tabela 5 traz os 03 (três) achados de causas distintos identificados e o respectivo volume de ocorrências no Subsistema de Patrimônio:

Tabela 5 - Causas e volume de ocorrências

Achados de causas	Quantidade
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, e	13
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	7
Ausência ou insuficiência de investimentos em tecnologia de informaç	1
TOTAL	21

Fonte RACIs 2020 - CGE/MT

30. Relacionando-se a ocorrência dos achados por tipo de questão de causa, a fim de se identificar quais questões apresentaram maior volume de achados de causa por Fontes, obteve-se a Tabela 6:

Tabela 6 - Questões de causas e achados

Questões de Causas	Achados de causas	Quantidade	TOTAL
PROCESSOS - Gestão de processos atende as necessidades e encontra-se adequado?	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	13	20
	Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	7	
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Ausência ou insuficiência de investimentos em tecnologia de informação	1	1
TOTAL		1	21

Fonte RACIs 2020 - CGE/MT



31. Agrupando-se as causas identificadas por Fontes, verificou-se que houve a predominância da Fonte - Processos com 95,24%, seguida por Infraestrutura Tecnológica com 4,76%, conforme Gráfico 3 abaixo:

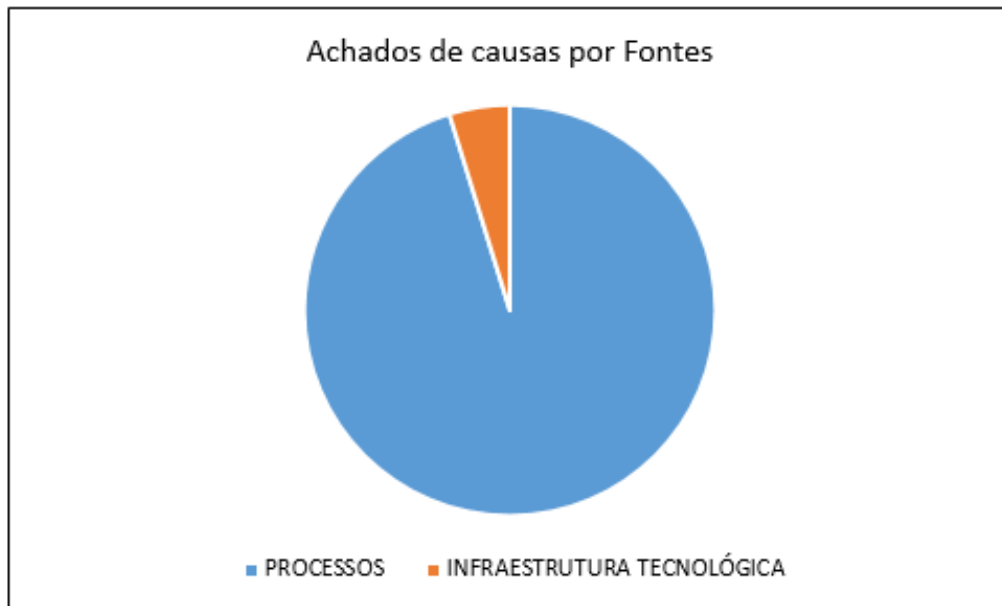


Gráfico 3: Achados de causas por Fontes

Fonte: RACIs 2020 – CGE/MT

32. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliados 19 (dezenove) recomendações nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno de 2020.

33. A partir dos subtópicos iniciais, que trataram dos pontos de controle e das questões de auditoria e questões de causas com maior volume de achados, seguem-se, nos subtópicos a seguir, os comentários acerca das análises desenvolvidas no âmbito de cada Ponto de Controle do Subsistema de Patrimônio.

5 ANÁLISE POR PONTO DE CONTROLE

5.1 PONTO DE CONTROLE GESTÃO DE BENS DE CONSUMO

34. No Ponto de Controle Gestão de Bens de Consumo, foram detectados 06 (seis) achados de problemas distintos, com ocorrência de 09 (nove) vezes, verificados em 06 (seis) órgãos/entidades, de acordo com a Tabela 7:



Govorno do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 7 - Achados de problemas - Gestão de Bens de Consumo

Achados	Ponto de Controle	Quantidade	Órgãos
Registros não atualizados dos bens de consumo no sistema SIGPAT	Bens de consumo	4	MTPrev MTI SEAF SECITECI
Comissão constituída com prazo reduzido para realizar o inventário dos bens de consumo	Bens de consumo	1	MTI
Intempestividade nos registros e baixas dos bens de consumo e financeiro dos Bens de Consumo.	Bens de consumo	1	SESP
O inventário dos bens de consumo não foi realizado em tempo hábil.	Bens de consumo	1	AGER
O Relatório Final de inventário de bens de consumo não foi realizado	Bens de consumo	1	MTI
			SEAF
TOTAL		9	

Fonte RACIS 2020 - CGE/MT

35. Dos 06 (seis) achados distintos identificados no Ponto de Controle Gestão de bens de consumo, o achado mais recorrente foi *Registros não atualizados dos bens de consumo no Sistema SIGPAT*, verificado em 04 (quarto) órgãos/entidades e representando 44,44% to total de achados nesse Ponto de Controle.

36. Os órgãos avaliados que apresentaram maior percentual de achados de problemas em Gestão de Bens de Consumo foram MTI com 33,33% (3 achados) e SEAF com 22,22% (2 achados).

37. Os achados de problemas identificados no Ponto de Controle Gestão de Bens de Consumo foram relacionados a 02 (duas) causas distintas com 08 (oito) ocorrências, tendo sido predominante com 62,5% a causa *Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.)*, conforme Tabela 8:

Tabela 8 Achados de causas - Gestão de Bens de consumo

Achados de causas	Quantidade
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	5
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	3
TOTAL	8

Fonte RACIS 2020 - CGE/MT

38. Agrupando-se os achados por Fontes de Causas, verificou-se que 100% dos achados de



causas pertencem à Fonte *Processos*.

5.2 PONTO DE CONTROLE: GESTÃO DE BENS IMÓVEIS

39. No Ponto de Controle de Gestão de Bens Imóveis, foram detectadas 06 (seis) achados de problemas distintos, com ocorrência total de 09 (nove) vezes, verificados em 05 (cinco) órgãos/entidades, conforme disposto na tabela 9:

Tabela 9 - Achados de problemas - Gestão de Bens Imóveis

Achados	Ponto de Controle	Quantidade	Órgãos
O relatório não apresentou os elementos necessários para ajustes dos bens imóveis	Bens imóveis	3	SECITECI / SEMA / SESP
O inventário dos Bens Imóveis não apresentou informações obrigatórias	Bens imóveis	2	SEMA / SESP
Destinação irregular de bem público de uso especial	Bens imóveis	1	Desenvolve
O Relatório Final de inventário de bens imóveis não foi realizado	Bens imóveis	1	SEAF
Registros não atualizados dos bens imóveis no sistema contábil	Bens imóveis	1	Desenvolve
Registros não atualizados dos bens imóveis no sistema SIGPAT	Bens imóveis	1	SEAF
TOTAL		9	

Fonte RACIS 2020 - CGE/MT

40. Dos 06 (seis) achados distintos identificados no Ponto de Controle Gestão de bens imóveis, o achado mais recorrente foi *O relatório não apresentou os elementos necessários para ajustes dos bens imóveis*, verificado em 03 (quatro) órgãos/entidades e representando 33,33% to total de achados nesse Ponto de Controle. O segundo achado com mais ocorrências foi *O inventário dos Bens Imóveis não apresentou informações obrigatórias*, com 02 (duas) ocorrências (22,22%).

41. Os órgãos/entidades Desenvolve MT, SEAF, SEMA e SESP apresentaram cada um 22,22% to total de achados neste Ponto de Controle com 02 achados.

42. Os achados de problemas identificados no Ponto de Controle Gestão de Bens Imóveis foram relacionados 03 (três) causas distintas, com 06 (seis) ocorrências, tendo sido predominante com 50% a causa *Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.)*

43. Agrupando-se os achados de causas por Fontes, verificou-se que 05 (cinco) das 06 (ocorrências), fazem parte da Fonte *Processos*, um percentual de 83,33% do total de causas.

5.3 PONTO DE CONTROLE GESTÃO DE BENS MÓVEIS

44. No Ponto de Controle de Gestão de Bens Móveis, verificou-se a ocorrência de 06 (seis)



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

achados de problemas ocorrência total de 09 (nove) vezes, verificados em 07 (sete) órgãos/entidades. Essas informações estão dispostas na Tabela 10:

Tabela 10 - Achados de problemas - Gestão de Bens móveis

Achados	Ponto de Controle	Quantidade	Órgãos
Não houve ajustes nos registros patrimoniais no sistema SIGPAT dos Bens Móveis reconhecidos no inventário físico e financeiro	Bens móveis	2	AGER / MTPrev
O relatório não apresentou os elementos necessários para ajustes dos bens móveis	Bens móveis	2	SECITECI / SESP
Registros não atualizados dos bens móveis no sistema SIGPAT	Bens móveis	2	MTI / SEAF
Comissão constituída para realizar o inventário físico e financeiro dos bens móveis em desacordo com a legislação	Bens móveis	1	SECITECI
Divergência de ajustes necessários entre o sistema Sigpat e Fiplan.	Bens móveis	1	SEMA
O Relatório Final de inventário de bens móveis não foi realizado	Bens móveis	1	SEAF
TOTAL		9	

Fonte RACIS 2020 - CGE/MT

45. Dos 06 (seis) achados distintos identificados no Ponto de Controle Gestão de bens móveis, os achados mais recorrentes foram: *Não houve ajustes nos registros patrimoniais no Sistema SIGPAT dos Bens móveis reconhecidos no inventário físico e financeiro; O relatório não apresentou os ementos necessários para ajustes dos bens móveis; Registros não atualizados dos bens móveis no Sistema SIGPAT.* Cada um teve o percentual de 22,22% do total de achados no Ponto de Controle.

46. Os órgãos avaliados que apresentaram maior percentual de achados de problemas em Gestão de Bens Móveis foram SEAF e SECITECI, cada um representando 22,22% do total de achados.

47. Os achados de problemas identificados no Ponto de Controle Gestão de Bens Móveis foram relacionados 02 (duas) causas distintas, com 07 (sete) ocorrências, tendo sido predominante com 71,43% a causa *Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.)*.

48. Agrupando-se os achados de causas por Fontes, verificou-se que todas as ocorrências de causas pertencem à Fonte *Processos*.

49. A seguir, são apresentados os problemas identificados na Avaliação do Órgão Central de Patrimônio SEAPS - Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços (SEPLAG), as causas apontadas para esse achados, a relação entre os achados do órgão central e as setoriais e situação das recomendações emitidas à SEAPS.

5.4 ÓRGÃO CENTRAL - SEAPS



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

50. Os problemas detectados na avaliação da SEAPS resultaram da análise do desempenho e a eficácia institucional de sua missão de assegurar o cumprimento das diretrizes e a execução dos procedimentos da Gestão do Patrimônio do Estado.

51. Os achados de problemas identificados no Órgão Central de Patrimônio foram:

- Não tem sido promovidas e implementadas ações de melhorias no Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio SIGPAT;
- Ações insuficientes para melhorias e otimização nos fluxos de processos de Gestão de Patrimônio;
- Supervisão periódica (mensal, trimestral, semestral, anual) insuficiente referente ao cumprimento da legislação e dos normativos da Gestão de Patrimônio.
- Ações insuficientes para orientar e capacitar às unidades setoriais sobre as normas e procedimentos de entrada, movimentação e saída de bens próprios e de terceiros, de bens imóveis e bens de consumo.

52. Com base na relação dos problemas da SEAPS, pode-se verificar que as fragilidades nos controles do Órgão Central, como vetor de suporte e orientação das unidades setoriais de patrimônio do Estado, afetam diretamente os órgãos e entidades que compõem a administração do Poder Executivo.

53. Verifica-se, no quadro 1, a relação de causa e efeito entre os achados identificados nas setoriais por meio das Avaliações de Controle Interno e as fragilidades do Órgão Central identificadas e mencionadas acima:

Quadro 1 - Causa e Efeitos

Causa	Efeitos
Supervisão	Relatório final de inventários de bens de consumo, bens móveis e bens imóveis não realizados
	Registros não atualizados dos bens móveis e imóveis no Sistema SIGPAT
	Divergência de ajustes necessários entre SIGPAT e FIPLAN
Capacitação	Registros não atualizados dos bens móveis, imóveis e de consumo no Sistema SIGPAT
	Divergências de ajustes necessários entre Sistema SIGPAT e FIPLAN
	Relatório de inventário não apresentou os elementos necessários para ajustes dos bens móveis e imóveis
Fluxos	Registros não atualizados dos bens móveis, imóveis e de consumo no Sistema SIGPAT
	Intempestividade nos registros e baixas de bens de consumo
	Divergências de ajustes necessários entre Sistema SIGPAT e FIPLAN

Fonte: RACIs 2020 e Avaliação Órgão Central - CGE/MT



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

54. Importante destacar que a conjugação de várias causas podem implicar na ocorrência dos achados identificados nas Avaliações de Controles internos. Portanto, embora relacionados a causas específicas na tabela 11, mais de uma causa pode levar à ocorrência do achado. Dessa forma, os esforços das setoriais e do órgão central na resolução das causas deve ocorrer de forma abrangente a fim de eliminar ou mitigar essas causas, resultando na melhoria dos controles internos existentes nos processos do Subsistema de Patrimônio.

55. Com a finalidade de avaliar o Órgão Central, foi encaminhado um questionário contemplando questões diretamente envolvidas em sua missão de suporte, orientação e supervisão das unidades setoriais de patrimônio.

56. Para elaboração do questionário foram consideradas também as recomendações realizadas à SEAP por meio do Relatório Gerencial do ano anterior:

- Fortalecer a supervisão/coordenação das ferramentas de acompanhamento das atividades realizadas pelas setoriais de patrimônio;
- Promover a manutenção e desenvolvimento de melhorias necessárias no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial SIGPAT, implantando as funções de gerenciamento dos bens imóveis e automação da depreciação;
- Estabelecer um plano anual de capacitação para possibilitar treinamentos aos servidores lotados nas setoriais de patrimônio; e
- Aprimorar o mapeamento dos processos a fim de consolidar e padronizar os fluxos e procedimentos junto às unidades setoriais de patrimônio.

57. A partir das respostas recebidas e dos documentos encaminhados pela SEAPS, foram sintetizadas as ações que o Órgão Central realizou no ano de 2020 e início de 2021:

- Publicação da Lei nº 11.109, de 20 de abril de 2020 que dispõe sobre a gestão patrimonial da Administração Pública do Estado de Mato Grosso;
- Elaboração de minuta de Instrução Normativa para orientar as setoriais quanto à destinação de bens móveis, servíveis e inservíveis;
- Disponibilização de diagramas dos macroprocessos que envolvem a gestão patrimonial no site da SEPLAG;
- Encaminhamento às unidades setoriais de manuais, minutas e checklists;
- Supervisão diária realizada por meio eletrônico;



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

- Ofício circular de 29 de setembro de 2020, programa para capacitação online para realização dos inventários de bens móveis e imóveis de 2020. Capacitação por meio de video-aulas gravadas e disponibilizadas às equipes setoriais. Assuntos: gestão patrimonial e inventário de bens móveis, imóveis e de consumo.
- Ofício Circular de 22/01/2021 informando às setoriais sobre visitas do Órgão Central em março, julho e novembro de 2021;
- Reunião em janeiro de 2021 para orientação de inventário ainda não realizada de 2020;
- Abertura de chamados para manutenções corretivas do Sistema SIGPAT; reporte à empresa responsável pelas manutenções e melhorias do Sistema em relação às inconsistências e deficiências apresentadas pelo Sistema; trâmite de Processo Administrativo.

58. Considerando-se os dados obtidos nas Avaliações de Controles Internos e as ações acima descritas que foram realizadas recentemente pelo Órgão Central de Patrimônio, analisa-se, abaixo, os pontos possíveis de aprimoramento:

59. Fortalecimento da supervisão e coordenação das setoriais: Em resposta ao questionário, a SEAPS informou supervisão eletrônica diária às unidades setoriais. Além disso, o órgão central realizou visitas a todas as unidades setoriais nos meses de novembro e dezembro de 2020. Constata-se, porém, que a atuação do órgão central de patrimônio ao longo de todo o exercício pode evitar algumas falhas apresentadas pelas setoriais quando são feitas as avaliações de controles internos. Exemplos são os acompanhamentos citados no quadro 1: referente às atualizações dos bens nos sistemas corporativos; divergências de dados entre os sistemas; realização dos inventários tempestivamente.

60. Plano anual de capacitação: Verificou-se que, no último quadrimestre de 2020 foi disponibilizado às setoriais, material de capacitação referente à realização de inventários. Contudo, ao conferir as atas das visitas realizadas às setoriais no final de 2020, observou-se que não houve controle efetivo da realização da capacitação pelas setoriais, havendo várias manifestações de não realização do curso. Além disso, durante essas visitas, várias unidades manifestaram dúvidas quanto a outros procedimentos de gestão patrimonial. Dessa forma, considerando-se a rotatividade de servidores que atuam na área patrimonial e também as alterações legislativas ocorridas nessa área, é fundamental haver um contínuo acompanhamento das necessidades de capacitação das setoriais. Também é recomendável que se faça uma parceria para a realização dessas capacitações, como, por exemplo, com a Escola de Governo a fim de se obter um maior comprometimento dos servidores com o acompanhamento do curso, aumentando-se a eficácia de seus resultados.



61. Padronização de fluxos e procedimentos na área patrimonial: A SEAPS informou que houve disponibilização às setoriais por meio eletrônico dos diagramas de macroprocessos da área de gestão patrimonial. Verificou-se no site da SEPLAG, os diagramas de 31 macroprocessos da área patrimonial. A padronização de fluxos processuais da gestão patrimonial constitui-se uma medida que contribui para a eficiência das atividades, possibilita um melhor aprendizado em uma área que apresenta considerável rotatividade de servidores, além de facilitar o controle dos trâmites e a uniformidade dos procedimentos. É essencial que o órgão central realize a conscientização das setoriais para utilização dos procedimentos patrimoniais que já foram mapeados de forma a incorporá-los como instrumentos facilitadores de suas atividades.

62. Manutenção e melhorias do SIGPAT: Quanto aos problemas reiteradamente identificados quanto às inconsistências e deficiências do SIGPAT, verifica-se que houve ação da SEAPS no sentido de reporte à empresa responsável, inclusive, com trâmite de processo administrativo.

63. Após a síntese e análise dos problemas identificados nas Avaliações de Controle interno, as causas relacionadas aos achados; a situação das recomendações anteriores emitidas ao Órgão Central e as ações recentes realizadas pela SEAPS, passa-se, a seguir, às considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

64. Este relatório objetivou traçar um diagnóstico do Sistema de Gestão de Patrimônio do Poder Executivo Estadual, que envolve as unidades setoriais de Patrimônio dos órgãos e entidades e, de forma integrada e interdependente, a Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços - Órgão Central de Patrimônio, pertencente à estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

65. Com base na síntese apresentada nesse relatório, busca-se municiar os gestores com informações úteis e relevantes para a tomada de decisões. Espera-se, que, uma vez apresentado o diagnóstico acerca dos controles internos e de suas fragilidades, sejam aprimorados os controles relacionados à gestão dos bens Patrimoniais do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

66. Diante disso, recomenda-se ao Órgão Central do Subsistema de Patrimônio:

- Levantamento das demandas de capacitação das unidades setoriais para realização de



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

um plano de capacitação que contemple também a forma de acompanhamento desses cursos;

- Estabelecimento de medidas de supervisão periódica do cumprimento das diretrizes da gestão patrimonial por parte das setoriais;
- Conscientização das unidades setoriais da efetiva utilização dos diagramas de macroprocessos da gestão patrimonial, além de continuar o trabalho de mapeamento dos processos da área.

À apreciação superior.

Cuiabá, 4 de Maio de 2021

Fabíola Maria Belmonte Dourado
Auditora do Estado

Humberto Carneiro Fernandes
Auditor do Estado

Breno Camargo Santiago
Superintendente de Controle